

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
I 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**A ARGENTINA NEOLIBERAL: AS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA  
DOS ANOS 1990**

**Carlos Gilberto de Sousa Martins**

## A ARGENTINA NEOLIBERAL: AS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA DOS ANOS 1990

Carlos Gilberto de Sousa Martins<sup>1</sup>

### RESUMO

Desde a segunda metade da década de 1970, a Argentina adotou uma estratégia de crescimento que se baseou no financiamento externo. A partir de então, as políticas econômicas aplicadas visaram garantir a segurança e lucratividade do capital com a perspectiva de que o fluxo de divisas a ingressar no país viabilizasse grandes investimentos capazes de impulsionar o crescimento econômico. Nesse sentido, um dos pontos atacados foi justamente o custo da mão de obra local. Não por acaso, a renda média do trabalhador argentino entrou numa decrescente que se estendeu até o início do século XXI. Os altos juros oferecidos para atrair o capital internacional alimentaram uma dívida impagável, afetando o orçamento e as políticas públicas.

No início dos anos 1990, o governo afirmava ser urgente diminuir o custo da produção para incentivar o investimento privado, aumentar a competitividade do produto argentino e gerar novos postos de trabalho. O Fundo Monetário Internacional exigia que se cumprissem as condicionalidades impostas pelos acordos stand by, dentre as quais estava o superávit fiscal. O caminho apontado pelo próprio Fundo e pelo Banco Mundial era a implementação de reformas capazes de impulsionar a produção nacional e reduzir os gastos estatais. Entraram em curso então as privatizações e as reformas trabalhista e da previdência, promovendo uma redução dos custos da produção em duas frentes: na remuneração da mão de obra e na contribuição patronal.

O governo estava imerso em uma dívida impagável, ainda assim, realizou uma reforma da previdência que transferiu a maior parte da arrecadação previdenciária ao setor privado, fazendo disparar o déficit da previdência pública que, para cumprir os compromissos frente aos aposentados, precisou recorrer a novos endividamentos

Inadvertidamente essas reformas acabaram por diminuir a renda média do trabalhador argentino, aumentando, conseqüentemente, os índices de pobreza e indigência. A paridade entre o peso e o dólar, preconizada pelo plano de conversibilidade, prejudicou as exportações ao mesmo tempo em que facilitou as importações. O setor industrial se viu em sérias dificuldades e, mesmo com a queda do custo da mão de obra, não pôde resistir a competição externa promovida pelas políticas liberais.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Como resultado, o que ocorreu foi um aumento flagrante do desemprego, da pobreza e da indigência, bem como o aumento da dívida pública. O desfecho revela as consequências do fracasso do projeto neoliberal de crescimento. Ambos, mercado de trabalho e crise da dívida foram o centro da grave crise econômica que afligiu o país no fim da década de 1990.

Palavras-chave: Neoliberalismo, economia, previdência, trabalho, reformas.

Keywords: Neoliberalism, economy, social security, labor, reforms.

## 1 – A reforma da Previdência

Ao longo de toda a década de 1980, as contas públicas revelaram déficits seguidos. Os organismos internacionais pressionavam pelo corte de gastos como meio de equilibrar as contas e, foi nesse contexto, que o governo de Raul Alfonsín, já na sua parte final, tentou implementar um pacote de medidas que incluía as privatizações. Tal tentativa não superou a resistência do congresso federal. Quando Menem assumiu o governo, uma das condições impostas pelo FMI para liberar novos empréstimos era um plano que combatesse o déficit fiscal. Foi assim que surgiram os compromissos estabelecidos no memorando assinado em 1989<sup>2</sup>, que tratava da Lei de reforma do Estado e das privatizações, bem como o memorando assinado em 1991, onde a Argentina se comprometia a economizar 500 milhões de dólares através de medidas como a reforma da previdência e a transferência de gastos com serviços públicos para as províncias.<sup>3</sup>

As privatizações foram rapidamente implementadas principalmente através de decretos presidenciais. Um dos principais argumentos era o da economia que isso promoveria aos cofres públicos que, a partir da transferência desses ativos à iniciativa privada, não teria mais que arcar com os investimentos e manutenção de empresas deficitárias. O processo foi muito criticado principalmente pela privatização da YPF em bloco, uma vez que esta era uma empresa altamente lucrativa e que trabalhava com desenvolvimento de tecnologia. Já a reforma da previdência encontrou forte resistência dentro do aparelho estatal, de modo que em 1991 o então Ministro da Economia, Domingos Cavallo, solicitou ao FMI que lhes concedesse um tempo maior para que o governo viabilizasse a implementação dessa parte do acordo.

Segundo o governo, o desequilíbrio do sistema previdenciário afetava de maneira dramática o orçamento público, pois havia dois beneficiários para cada três contribuintes. Os culpados seriam o envelhecimento da população, a baixa idade exigida para se aposentar e a evasão da tributação da previdência social. Isso forçou a criação de novos impostos sobre o gás, os combustíveis e o telefone, bem como a transferência de recursos

---

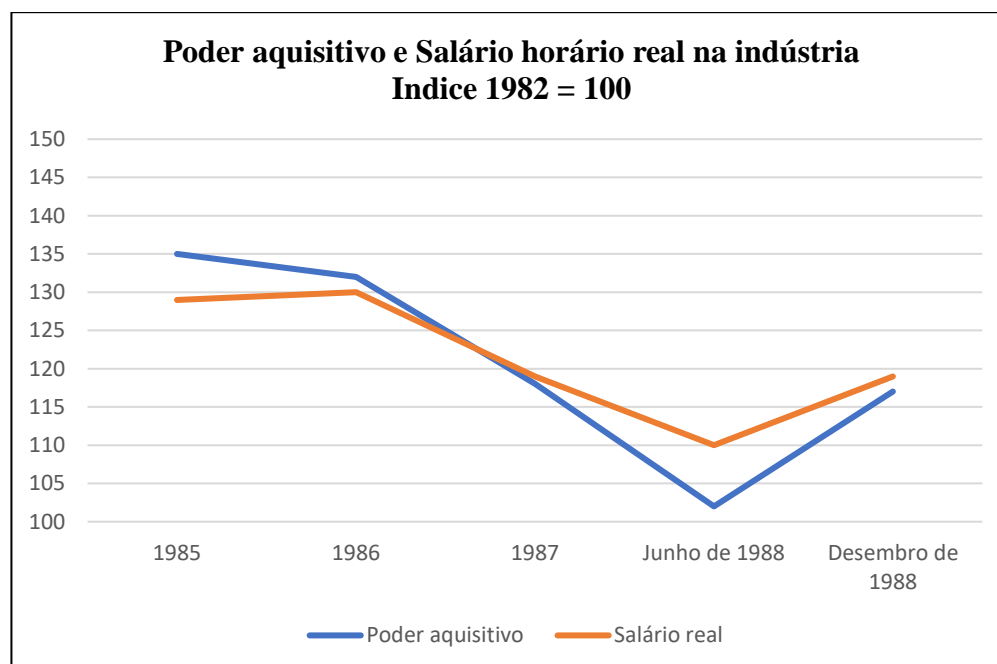
<sup>2</sup> **Memorandum on Economic Policy**. Outubro de 1989. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em: Out. 2016.

<sup>3</sup> **Memorandum on Economic Policy**. Junho de 1991, p.5 a 12. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em: Out. 2016.

do Tesouro e do Banco Central exclusivamente para complementar o pagamento das aposentadorias. Essa era uma reforma considerada urgente por toda a equipe econômica, mas tal tema não podia se furtar a passar pela aprovação do congresso federal. Ou seja, não era possível ser aprovado por decretos, mesmo que suportados pelo judiciário. Os embates no legislativo adiaram a aprovação da reforma previdenciária que de fato só começou a ser implementada em 1994.<sup>4</sup>

A grave situação da previdência tinha relação também com a queda do valor real dos salários bem como a ampliação do desemprego. Desde a implantação do regime militar em 1976, os salários dos trabalhadores argentinos vêm perdendo valor real e poder de comprar. Tanto ao longo de todo o governo autoritário como em vários momentos do governo Alfonsín e também no início do governo Menem, se recorreu ao congelamento dos salários e à demissão de funcionários públicos como política de controle inflacionário e de gastos. O gráfico 1 ajuda a perceber a queda do salário real no setor industrial durante o governo Alfonsín que, ao contrário do governo militar, chegou a adotar medidas que favorecessem o aumento da renda do trabalhador como estratégia de incentivo ao crescimento do mercado interno.

Gráfico 1



<sup>4</sup> Memorandum on Economic Policy. Junho de 1991, p.9. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em: Out. 2016.

Fonte: BCRA, 2002.

No curto prazo, o compromisso explicitado pelo governo Menem nos memorandos, era a busca de uma maior eficiência na fiscalização para combater as evasões. Assim, as grandes empresas do país, responsáveis por cerca de 80% da contribuição previdenciária do setor, seriam auditadas ao menor sinal de irregularidades. Ao mesmo tempo, o governo trabalharia para superar as dificuldades impostas pelo legislativo para o avanço da reforma da previdência e, para tal, trabalharia junto com o Banco Mundial na elaboração de alternativas a serem apresentadas à câmara.<sup>5</sup>

O Banco Mundial passou a atuar colaborando com a elaboração de um novo sistema previdenciário. Daí que as principais propostas enviadas pelo executivo tinham sido apresentadas pela Associação de Bancos Argentinos (ADEBA) e pela **Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas** (FIEL), uma instituição formada por grandes empresários da indústria, agricultura e comércio. Dadas as características das propostas, as mesmas sofreram forte resistência no congresso. Uma das ideias mais polêmicas era o não reconhecimento das contribuições feitas pelos trabalhadores com menos de 45 anos. A rigor, a proposta pretendia o calote público sobre esses contribuintes, de modo que seu tempo de contribuição recomeçaria do zero após a implementação do novo sistema previdenciário. A base peronista rejeitou essa e outras propostas, fazendo com que o governo reelaborasse o projeto, no entanto, as alternativas apresentadas mantinham o eixo dos projetos encaminhados pela ADEBA e pela FIEL. (NARCY, 2003, p.8).

Parte da bancada peronista e da bancada radicalista, bem como os demais parlamentares que tinham ligações próximas com os sindicatos, se recusavam a formar o quórum mínimo necessário de 160 deputados para votar a proposta, pois não concordavam com os termos da mesma. O governo então passou a ameaçar implementar tal mudança via decreto, no que contava com o apoio dos empresários e do ministro Cavallo. No entanto, não havia brecha jurídica que garantisse a legalidade da medida, o que fez o governo recuar de tal possibilidade. Até que uma alteração no projeto permitiu

---

<sup>5</sup> **Memorandum on Economic Policy**. Junho de 1991, p.9. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em: Out. 2016.

a formação do quórum para votação. O item modificado trazia a possibilidade de o contribuinte optar pelo sistema previdenciário público ou privado.<sup>6</sup>

A proposta de reforma previdenciária foi aprovada em uma disputada e polêmica votação no legislativo federal, onde a repentina mudança do voto de alguns parlamentares ligados aos sindicatos levantou inúmeras suspeitas. Assim foi criado o “Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones (SIJP)”. Na prática o novo sistema aumentava a contribuição do trabalhador de 10% para 11% e elevava em 5 anos a idade mínima para a concessão da aposentadoria de homens e mulheres que passou a ser de 65 e 60 anos respectivamente. O tempo mínimo exigido para a concessão do benefício foi elevado gradualmente de 20 para 30 anos. Além disso, a reforma transformava o sistema antigo, de gerência exclusivamente pública, em um sistema misto. O sistema previdenciário passou a combinar o esquema utilizado até então com um regime de capitalização individual, sob administração privada. O Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones, manteve a adesão obrigatória. No entanto, os trabalhadores poderiam optar entre aderir à previdência pública ou à uma Administradoras de Fondos de Jubilaciones y pensiones (AFJP).<sup>7</sup>

Todos os trabalhadores entre 18 e 45 anos foram obrigatoriamente inseridos no novo sistema previdenciário. Já os demais trabalhadores poderiam optar em permanecer no sistema previdenciário antigo, que passou a se chamar Sistema de Jubilaciones y pensiones (SJP), cuja administração era exclusivamente pública. Àqueles que já haviam contribuído no sistema antigo, mas migrassem para o novo, seja automaticamente ou por opção, receberiam do governo, no ato da aposentadoria, uma Prestação Compensatória (PC) no valor correspondente ao tempo de contribuição. O movimento na direção da previdência privada se intensificou quando, nos anos seguintes, o governo anunciou medidas que condicionavam o valor do pagamento mensal das aposentadorias à disponibilidade de recursos orçamentários. (FORCINITO, 2009, p.52).

Uma vez implementada a reforma, cabia ao trabalhador comunicar ao empregador sua escolha pelo regime previdencial público ou pelo sistema de capitalização. Um dos argumentos a favor da reforma era o de que as empresas privadas poderiam disputar o contribuinte oferecendo melhores taxas de retorno. No entanto, no caso de o trabalhador omitir sua decisão, o empregador automaticamente deveria encaminhar a

---

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Fonte: Lei 24.241. Disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar>. Acesso em: 14.04.2018.

contribuição desse funcionário para a AFJP de maior adesão em sua empresa. Quando isso ocorria, o trabalhador era considerado indeciso e, portanto, direcionado a previdência do setor privado. O número de trabalhadores considerados indecisos subiu ano após ano, chegando a incrível marca de 86% do total em 2006, o que revela o fato de que os trabalhadores argentinos não realizavam nenhum tipo de pesquisa para verificar qual administradora lhe proporcionaria maiores retornos. (BRENTA, 2008, p.208)

O fato é que, na prática, a grande maioria dos trabalhadores que tinham até 45 anos migraram para as AFPJ. Já os trabalhadores acima dessa idade, que podiam escolher entre permanecer no sistema antigo ou migrar para o sistema atual, optaram em sua maioria em se manter na previdência pública, pois se encontravam já relativamente mais próximos da aposentadoria. Após os primeiros anos da implementação do novo sistema, a perspectiva era de que, num dado período de tempo, o SJP iria desaparecer junto com seus últimos beneficiários. (BRENTA, 2008, p.228)

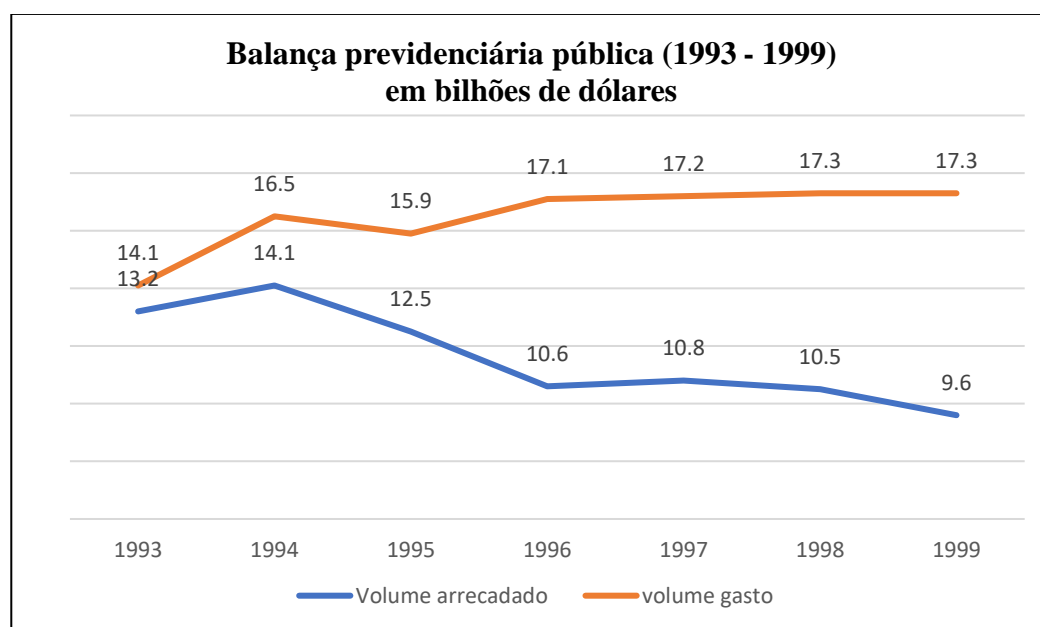
Ainda que a conta feita pelo governo parecesse interessante no sentido de livrar os cofres públicos dessa despesa, no curto prazo a estratégia se revelou caótica. Os indivíduos já aposentados permaneceram sob a responsabilidade da previdência pública, os trabalhadores mais velhos, portanto, mais próximos da aposentadoria, também ficaram a cargo do setor público. Por outro lado, os aportes, ou seja, as contribuições da maioria dos trabalhadores argentinos de até 45 anos deixaram de ingressar nos cofres públicos para serem direcionados ao setor privado. Assim sendo, a reforma não aliviou as contas do Estado, pois fez justamente o contrário ao manter a conta sob responsabilidade pública, enquanto redirecionou às empresas privadas a maior parte dos recursos necessários para pagá-la. Em função disso, os aportes feitos à previdência pública caíram de 49,3% do total em 1994 para 21,2% do total em 1999, enquanto os aportes feitos à previdência privada subiram de 38,9% do total em 1994 para 76,1% do total em 1999.<sup>8</sup> O resultado imediato foi um aumento no déficit da previdência pública. (FALAPPA e ANDRENACCI, 2009, P.70).

---

<sup>8</sup> Fonte: Panorama de la Seguridad Social y ANSES. Apud: Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas. **El sistema de jubilaciones en la Argentina: Una evaluación de la reforma y el impacto del default.** Buenos Aires, 2005, p.115.



Gráfico 2



Fonte: Ministério da Economia, 2004.

Enquanto isso, os aportes de 11% sobre o salário dos trabalhadores que “optaram” em migrar para o setor privado eram direcionados para as AFJP. Neste caso, trata-se de um regime de capitalização individual, onde o contribuinte podia inclusive aumentar o volume dos aportes feitos de modo a obter um valor de aposentadoria ou de retirada maiores no futuro. Essas administradoras e o mercado financeiro foram os grandes beneficiados pelo novo sistema previdenciário argentino. As primeiras passaram a gerenciar um grande volume de recurso da noite para o dia e, via de regra, canalizavam esses montantes para investimentos no mercado de divisas.

As comissões cobradas pelas AFPJ eram livres e incidiam sobre os aportes feitos pelos trabalhadores. Tanto as taxas como os lucros dos investimentos eram em parte destinadas a cobrir o seguro coletivo de invalidez e falecimento, mas também cobriam os gastos administrativos, que a rigor engordavam os cofres dessas instituições. As comissões representaram cerca de 30% do total arrecadado pelas administradoras entre 1993 e 1999. Esse era o custo pago pelos argentinos para ter um regime de capitalização

privada, ao passo que a previdência pública tinha um custo operativo que girava ao redor de 2% da arrecadação. (CIFRA, 2009)

No mesmo ano em que o congresso votou a criação do SIJP, o governo começou a atuar no sentido de diminuir a contribuição patronal. Essa era uma demanda antiga dos empresários locais que acabou ganhando um importante impulso com a abertura comercial e a maior participação estrangeira na economia nacional. As grandes empresas fabricantes de produtos comerciáveis foram as primeiras beneficiadas por essas medidas adotadas via decretos presidenciais. O governo justificou tais ações afirmando que era uma forma de melhorar a competitividade da economia nacional. (CETRÁNGOLO e GRUSHKA, 2004, p.10)

Em 1993 um decreto reduziu a contribuição patronal para os setores da indústria, construção, turismo e pesquisa científica e tecnológica. Novos decretos foram criados nos anos seguintes, alcançando novos setores produtivos e ampliando a redução da contribuição até que, em janeiro de 1996, essas reduções chegaram a alcançar 80% em algumas regiões da Argentina, isso porque as reduções da contribuição patronal não eram praticadas de maneira uniforme em todo território nacional. Os grandes centros urbanos contavam com descontos menores, enquanto as empresas alocadas nas áreas rurais se beneficiavam de reduções maiores. Novo decreto foi divulgado em 1999, de modo que entre 1994 e 1999 as contribuições patronais sobre os salários caíram de 16% para 6,8%. Impressiona o fato de que o governo, mesmo ciente do agravamento das contas relacionadas a previdência pública, tenha implementado essas reduções ao longo de toda a década de 1990. (CETRÁNGOLO e GRUSHKA, 2004, p.13).

Segundo destaca Cafiero, os ingressos públicos foram fortemente prejudicados por essa reforma que, na visão do ex-congressista, ainda contribuiu para o aumento da dívida pública, na medida em que, para quitar o compromisso com os aposentados, o governo precisou recorrer a empréstimos junto às próprias AFJP. Caso a reforma da previdência não tivesse ocorrido, a Argentina não teria déficits fiscais nos anos posteriores a 1994, pois não teria entrado num círculo vicioso assim descrito pelo autor:

En la privatización de las AFJP se entregaron activos del Estado, o sea el flujo de los aportes jubilatorios; y además se contrajeron deudas, las necesarias para compensar esa pérdida de aportes jubilatorios, para así poder atender las obligaciones

previsionales. Y esas deudas se contrajeron con los mismos que pasaron a recibir gratuitamente el flujo de los aportes jubilatorios, que eran los mismos que al mismo tiempo, recursivamente canjeaban deuda por activos públicos, y que de esta manera volvían a generar deuda. (CAFIERO, 2005, p.16).

De fato, o governo argentino recorreu aos empréstimos junto as AFPJ para cumprir os pagamentos dos aposentados, porém, esses recursos agora eram mais escassos, pois destes foram subtraídos o lucro das administradoras. Ou seja, ao realizar a reforma da previdência, o governo ficou sem os aportes necessários para cumprir com os pagamentos previdenciários, alimentou a dívida pública para arcar com esse custo, mas, em contrapartida promoveu o lucro do capital privado. Empresas que antes não tinham acesso a esse montante, passaram a ter graças à atuação do executivo junto ao congresso nacional. Necessário lembrar o importante apoio do Banco Mundial na elaboração da proposta, bem como a pressão do FMI nos memorandos aqui já citados para que tal reforma fosse feita.

## **2 - A reforma trabalhista**

Desde o início da década de 1990, havia uma preocupação do governo argentino em viabilizar o processo de privatização deixando o cenário mais atrativo para os grandes investidores. Duas questões envolvendo os trabalhadores começaram rapidamente a ser tratadas: Os movimentos grevistas e o custo da mão de obra local. A primeira tinha relação com o grande número de greves que ocorriam nas estatais por conta das demandas salariais. O governo queria evitar que isso se tornasse um problema no momento de vender as empresas públicas. Da mesma forma, o menor custo da mão de obra poderia atrair um número maior de interessados e evitar que o leilão fosse um fracasso.

Os primeiros memorandos enviados ao FMI se comprometiam com uma reforma no setor que promovesse o aumento dos investimentos e a geração de novos postos de trabalho. No entanto, o importante crescimento econômico dos primeiros anos seria o suficiente para absolver um volume maior de mão-de-obra até então ociosa, sem que para isso fosse necessário flexibilizar as leis trabalhistas. Esse prognóstico foi feito pelo

próprio Ministério da Economia que projetava uma expansão do emprego em 3% ao ano entre 1992 e 1995. (BECCARIA e OSCAR, 2000, p.349).

Ainda assim, aproveitando-se da concentração de poder viabilizada pelas Leis de Emergência Econômica e de Reforma do Estado<sup>9</sup>, o executivo realizou importantes mudanças no sistema trabalhista via decretos. A justificativa foi sempre a de que os custos da produção deviam ser reduzidos para que a economia do país atraísse novos investimentos e se tornasse mais competitiva no cenário internacional. Nesse sentido, o governo revogou os convênios coletivos firmados nas estatais, diminuiu as vagas do setor, congelou os salários e restringiu o direito de greve, num movimento absolutamente articulado com o processo de privatizações que logo se iniciaria. No caso da ocorrência de greves em desacordo com o estabelecido pelo decreto presidencial, o Ministério do Trabalho estava autorizado a declarar a ilegalidade do movimento e utilizar medidas repressivas se necessário. No setor ferroviário, por exemplo, em 1990 ocorreram cerca de 66 movimentos grevistas que acabaram em conflitos com o governo. Esse número caiu para 35 em 1992, até chegar a apenas 2 em 1994, o que revela um certo disciplinamento da classe trabalhadora, tal qual pretendia o governo. (FORCINITO, 2009, p.66)

Os empregadores se queixavam com frequência do custo imposto pelas demissões e pelas indenizações trabalhistas. Quanto a primeira, o executivo apresentou um projeto de lei que visava reduzir esses custos. Essa proposta acabou aprovada pelo congresso, apesar da resistência que enfrentou. Dessa forma foi criada, em 1991, a chamada Lei do Emprego que permitiu a criação de postos de trabalho destinados a contratação temporária. Esse tipo de vínculo não estava submetido às regras indenizatórias caso a demissão ocorresse após vencido o prazo do contrato. A legislação trabalhista já permitia esse tipo de contratação, mas era restrito a poucas áreas. Já com relação às indenizações, o governo atuaria apenas no ano seguinte. (BECCARIA e ALTIMIR, 2000, p.355).

As indenizações por acidente sempre foram pagas pelos empregadores, mas, em 1992, o governo reduziu o pagamento máximo para casos de falecimento e, ao mesmo tempo, atendeu a outra das principais reclamações dos empresários, a diminuição das ações judiciais. Nesse caso, ficou estabelecido que os trabalhadores que quisessem

---

<sup>9</sup> A Lei de Emergência Econômica determinava a suspensão dos subsídios à indústria nacional e concedia ao capital externo as mesmas condições de tratamento regulatório, creditício e tributário vigente para o capital nacional; e a Lei de Reforma do Estado dava maior poder ao executivo para decidir sobre as modificações a serem feitas no setor público.

reclamar compensações por acidente ou doença e que recorriam a justiça, deveriam fazê-lo apenas na justiça civil, e não mais na justiça trabalhista como era antes. Essa última considerava a negligência do empregador e concedia indenizações que não obedeciam nenhum limite de valor. Já a justiça civil tinha um limite estabelecido para a concessão de indenizações. Na prática isso reduziu de maneira importante a quantidade de trabalhadores que recorriam ao judiciário em busca de compensações maiores.

As modificações promovidas pela Lei do Emprego foram consideradas insuficientes pelos empresários, pelo governo e pelo FMI. Após a entrada em vigor do Plano de conversibilidade, o Fundo pressionou para que a reforma trabalhista fosse aprofundada, uma vez que era importante para a manutenção da paridade peso-dólar que os salários fossem flexibilizados de modo a aliviar a pressão sobre os preços. Outro fator que se tornou preocupante a partir de 1993 foi o incremento dos níveis de desemprego que atingiram a casa dos dois dígitos, se tornando mais um ingrediente que podia ameaçar a estabilidade social.

Em 1994, o congresso aprovou a Lei de Fomento do Emprego, que criava o chamado “período de prueba” nos contratos cujo prazo fosse indeterminado. Esse período devia durar três meses e podia ser prorrogado para seis desde que a extensão desse prazo fosse aprovada em negociação coletiva. Durante esse período as empresas ficavam isentas de contribuir com a previdência e de pagar indenizações em caso de demissão. Não sendo suficiente para atender às demandas empresariais bem como para reduzir a pressão exercida pelo FMI, uma nova modificação da legislação trabalhista começou a ser costurada. (FORCINITO, 2009, p.66)

As mudanças pretendidas pela nova proposta começaram então a ser elaboradas pelo executivo, mas, tal como ocorreu com a reforma da previdência, houve forte resistência no congresso, pois as bases do peronismo ainda contavam com forte atuação dos sindicatos. A essa altura, a oposição formada majoritariamente pelos deputados da UCR também era contra a proposta. Os sindicatos rejeitavam por completo a flexibilização das leis trabalhistas e atuavam junto aos deputados e senadores dos partidos para que não cedessem às pressões do executivo e da equipe econômica de Menem. Em função do crescimento econômico dos primeiros anos e da resistência do congresso foi que uma reforma trabalhista mais abrangente foi implementada somente em 1995.

Os argumentos utilizados pelo governo foram de que isso traria uma flexibilização das leis que regiam o mercado de trabalho de modo a reduzir os custos da produção e permitir maior nível de investimento por parte dos empresários, o que teoricamente geraria mais postos de trabalho. Vale a pena destacar que, conforme observado no item anterior, os empresários da produção e do comércio já haviam sido beneficiados desde 1993 com generosas reduções nas contribuições patronais sem que isso surtisse algum efeito mais significativo com relação a geração de novos postos de trabalho, tal como será visto adiante. (BECCARIA e ALTIMIR, 2000, p.350).

O fato é que o governo argentino atuou nessa questão com os olhos voltados apenas para o mercado, ou seja, com o objetivo claro de atrair investimentos capazes de diminuir o déficit no balanço de pagamentos. A balança comercial produzia saldos negativos ano após ano desde a implementação da conversibilidade. A perspectiva, alimentada pelas condicionalidades impostas pelo FMI, era diminuir ao máximo os custos da produção. Foi nesse sentido que o governo atuou ao buscar a redução dos custos trabalhistas e da contribuição patronal, ainda que isso tenha significado o aumento da dívida pública.

De maneira sintética, as principais mudanças promovidas pela reforma implementada em 1995 se referiam à novas reduções das contribuições patronais; novas reduções de gastos com relação às demissões e indenizações causadas por acidente ocorrido no local de trabalho; flexibilização das horas de trabalho no sentido de haver maior liberdade na sua distribuição; e, a descentralização das negociações entre patrões e empregados. Essa última talvez tenha sido a modificação mais impactante, uma vez que as negociações feitas no âmbito da empresa passaram a se sobrepor às negociações feitas por atividade ou profissão. Os sindicatos foram duramente atingidos por essa medida, uma vez que sua atuação teria que se fragmentar e que as negociações em âmbito nacional, que envolviam um determinado ramo de atividade, passaram a ter menos valor do que a negociação realizada na firma onde atuava esse profissional. (BECCARIA e ALTIMIR, 2000, p.353).

Com relação às contribuições patronais, o governo flertou com a possibilidade de eliminá-las completamente, chegando a declarar publicamente essa possibilidade. O empecilho para que isso de fato fosse implementado, foi o gigantesco impacto fiscal que isso provocaria. No entanto, a depender da modalidade e do tempo de contrato escolhido

pelo empregador, menores eram os custos trabalhistas, pois o governo passou a oferecer reduções nas contribuições patronais para esse tipo de contratação.

Esse cenário promoveu o aumento da informalidade, bem como precarizou principalmente as condições de trabalho nos contratos temporários. Estes não tinham direito a adicionais por tempo de serviço, promoção profissional, obra social, etc. Em função da necessidade de renovar os contratos, muitos trabalhadores se excluíam das lutas sindicais e abriam mão de apresentar suas demandas junto aos empregadores. Dessa forma, a nova legislação acabou prejudicando a atuação coletiva e contribuindo para a precarização das condições de trabalho e para a queda da renda média do trabalhador argentino. Por fim, a descontinuidade da contribuição previdenciária nesse sistema de contratos temporários acabou dificultando o acesso do trabalhador à aposentadoria. (FORCINITO, 2009, p.72)

A reforma de 1995 ainda estabeleceu que as ações judiciais só se justificariam se a queixa do trabalhador tivesse como alvo direto o empregador, ou seja, que o mesmo fosse o responsável pelo infortúnio causado. Também reduziu o grupo de doenças consideradas oriundas da atividade laboral e introduziu um seguro obrigatório a ser administrado por empresas especializadas. Todo empregador deveria contratar uma seguradora especializada e, essas empresas é que pagariam as indenizações, porém o fariam em várias parcelas, e não em parcela única como era feito antes da reforma. (BECCARIA e ALTIMIR, 2000, p.358).

No que se refere ao uso do tempo de trabalho, a nova legislação estabeleceu que as férias poderiam ser divididas em partes e concedidas em qualquer período do ano, enquanto antes da reforma as férias obrigatoriamente deviam ser concedidas de uma só vez e no período compreendido entre outubro e março. Além disso, os empresários receberam permissão para não conceder o descanso semanal em algumas semanas do ano e, o máximo de horas trabalhadas por dia foi ampliado em algumas jornadas, desde que houvesse compensação com uma carga menor em outros dias.

A descentralização das negociações entre patrões e funcionários permitiu que os salários fossem estabelecidos em patamares inferiores aos de antes da reforma. Os sindicatos reagiram paralisando as negociações, mas o governo respondeu suspendendo mais de 60 convênios já firmados e obrigando os sindicatos a negociar sobre as bases da nova lei. (FORCINITO, 2009, p.68).

As reformas no mercado de trabalho, segundo o governo, foram responsáveis em grande parte pela melhora do nível das exportações em 1995, além da eliminação de taxas excessivas e de restrições ao mercado comercial e de pagamentos. A diminuição da rigidez do mercado laboral teria promovido a maior competitividade do produto argentino. Para garantir o forte interesse do investidor, o governo afirmou, em um dos seus memorandos enviados ao FMI, que a reforma trabalhista seria aprofundada, de modo a manter ou mesmo ampliar o nível de competitividade no mercado internacional. Mas, apesar de todos os benefícios em termos de mercado que, segundo o governo, foram proporcionados pela mudança na legislação trabalhista, faltou a equipe de Menem considerar na sua avaliação os resultados obtidos acerca de um ponto crucial para a manutenção das reformas e da estabilidade social, o nível de emprego.<sup>10</sup>

## **2.1 – A escalada do desemprego**

Imediatamente após a aplicação do Plano de Conversibilidade, veio a estabilização dos preços e o crescimento econômico se acelerou, enquanto o nível de desemprego apresentou uma leve queda. Esse cenário se manteve até meados de 1992, quando os índices de desemprego começaram a subir. Entre os motivos estão as privatizações, a maior participação do capital estrangeiro na economia local, a modernização do processo produtivo com maior uso de maquinários e o fechamento de empresas locais mediante a competição internacional.

Diante da escalada do desemprego, mesmo num cenário de crescimento econômico, o discurso oficial culpabilizou o custo da mão de obra local. Um dos argumentos mais poderosos do governo de Menem para implementar a reforma trabalhista era justamente a promessa de que, diminuindo os custos laborais, a economia se tornaria mais competitiva e isso promoveria a geração de novos postos de trabalho. O alívio concedido aos empresários afetou diretamente às contribuições previdenciárias, os sindicatos, os ingressos públicos, a renda do trabalhador e, por conta disso, o acesso à saúde e à educação. Mas tudo isso poderia ter sido melhor digerido se, em função dessas

---

<sup>10</sup> **Memorandum on Economic Policy**. Março de 1996, p.35. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso feito em setembro de 2012.



mudanças, fossem garantidos ao povo argentino postos de trabalho e renda compatível com suas necessidades básicas.

A lei de Emergência Econômica que concedeu ao capital externo as mesmas condições de tratamento regulatório, creditício e tributário vigente para o capital nacional, permitiu que se estabelecesse uma competição entre as indústrias nacionais e internacionais dentro da Argentina. As multinacionais estrangeiras, melhor estruturadas, não tiveram dificuldades em se impor diante das empresas nacionais que, na grande maioria dos casos, foram obrigadas a fechar as portas. Ainda que no mercado local fossem garantidas a estas empresas as mesmas condições de tratamento, no mercado internacional apenas as grandes empresas conseguiam acesso ao crédito, o que era uma vantagem importante.

A abertura comercial, assunto de inúmeros memorandos enviados ao FMI dada a importância dessa questão nas condicionalidades impostas pelo Fundo, foi outro dos fatores que resultou em impactos negativos no mercado de trabalho. O plano de conversibilidade, ao sustentar artificialmente uma moeda forte, favorecia largamente às importações. A moeda forte fazia com que os produtos importados alcançassem ótimos preços na Argentina, sacrificando a produção nacional. Que a estratégia do governo fosse dar maior atenção às commodities e, portanto, trabalhar na exportação destas enquanto importava produtos de maior valor agregado, adotando a perspectiva das vantagens comparativas, era muito difícil impedir o resultado negativo dessa medida no mercado de trabalho local.

A velocidade com que o mercado foi aberto na Argentina não permitiu que as indústrias nacionais se preparassem para competir com as estrangeiras e, dada a celeridade de tal processo, a hipótese é de que era esse o objetivo do FMI. Para o governo argentino, um maior avanço das empresas internacionais no país possibilitava maior volume de ingressos pela via dos investimentos diretos estrangeiros, recurso importante no equilíbrio do balanço de pagamentos. O corte de subsídios às empresas nacionais dificultou ainda mais a reestruturação das firmas locais. Progressivamente, o mercado nacional foi sendo dominado por empreendimentos com participação estrangeira no seu capital, mas os avanços econômicos não foram acompanhados pela geração de novos postos de trabalho, como se supunha que ocorreria.

Progressivamente, o Estado argentino retirou a proteção e o incentivo que eram oferecidos ao seu setor industrial. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento voltados à produção manufatureira foram reduzidos de modo a atender às políticas de austeridade. O sucateamento da indústria argentina foi deliberado, pois estava na esfera de ações que atendiam aos interesses dos países desenvolvidos.

Tanto Reino Unido como os Estados Unidos... promoveram suas próprias indústrias adotando uma estratégia antes ofensiva do que defensiva. Em vez de simples proteção interna – o recurso dos aprendizes -, eles também abriram os mercados de economias mais fracas. (AMSDEN, 2009, p.441)

Poderia se argumentar que a abertura comercial foi feita também com o objetivo de atender aos ramos mais competitivos da indústria argentina. Segundo Amsden, nos países em desenvolvimento, os setores que costumavam se destacar em termos competitivos no cenário global eram o de maquinário elétrico e não-elétrico e o de equipamentos de transporte. Ao menos um destes setores se destacou no Brasil, no Chile e no México, por exemplo, mas, nenhum deles revelou um bom desempenho na Argentina. Logo, as modificações nas regras do comércio internacional argentino parecem se inserir mais na lógica dos interesses representados pelos países desenvolvidos, em especial pelos Estados Unidos, principal incentivador das reformas implementadas pelo governo Menem. (AMSDEN, 2009, p.453).

Assim, ao longo dos anos 1990, o investimento estrangeiro direto cresceu na Argentina. As privatizações e as fusões já não consideravam limites a atuação das multinacionais. Dessa forma, buscava-se adquirir tecnologia, modernização e eficiência através da maior atuação do capital internacional. Essa perspectiva se adequava a política de austeridade praticada pela administração menemista. Entretanto, a redução dos investimentos em pesquisa e tecnologia por parte do Estado argentino fizeram com que o montante investido em 1995 chegasse a meros 0,5% do PIB, sendo 30% desse total oriundo do setor privado. (AMSDEN, 2009, p.479).

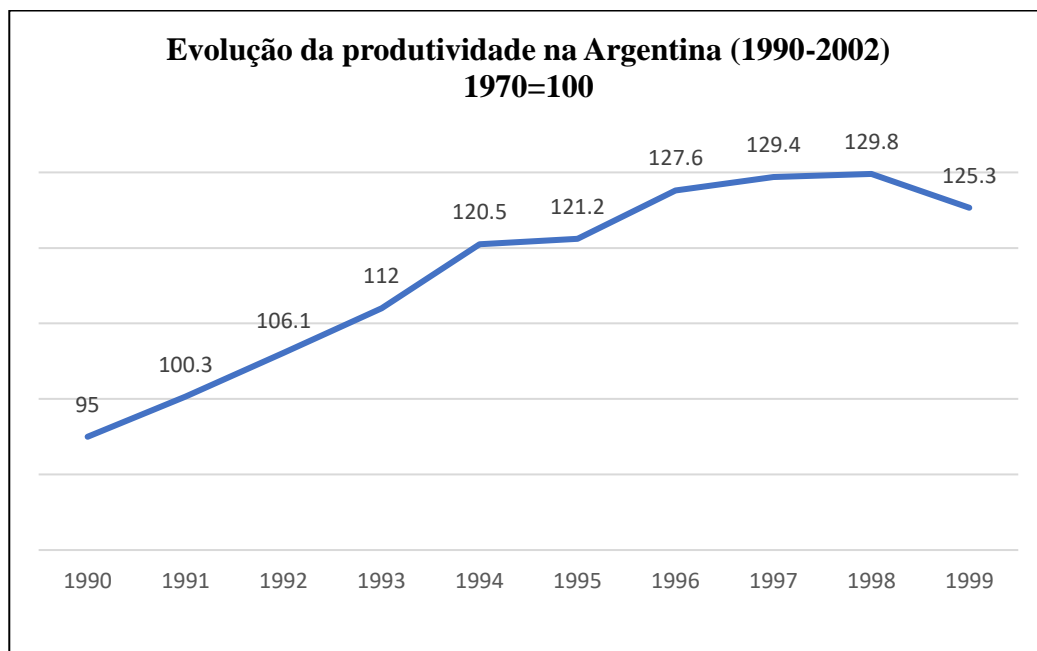
Ao abrir seu mercado e fornecer condições de negócios a empresas multinacionais sem se importar com a fragilidade das empresas nacionais, o governo impulsionou a precarização do trabalho e alimentou a curva do desemprego. O processo de privatizações contribuiu com esse quadro na medida em que as empresas privatizadas, na busca de

melhores resultados, procuravam enxugar o seu quadro de funcionários. Além disso, previamente ao processo de venda do capital público, era comum o governo realizar demissões em massa e fazer acordos de demissão voluntária com seus funcionários. Isso gerou uma série de conflitos entre funcionários públicos e o governo, mas, fazia parte das medidas oficiais como forma de tornar as empresas mais atrativas no momento do leilão. Esse ponto polêmico foi inclusive um dos motivos que mobilizou parte da opinião pública contra o processo de privatizações. (STIGLITZ, 2002, p.89).

Empresas argentinas se aliaram ao capital internacional que passou a atuar no país para pressionar o governo no sentido de diminuir o custo da mão de obra local. Curioso que essa demanda tenha sido justamente a mesma que motivou os grandes grupos empresariais locais a se unirem aos militares na derrubada do governo de Eva Perón em 1976. O capital local e internacional, contando com o apoio das instituições multilaterais, argumentavam que novos investimentos e geração de emprego só seriam possíveis se a economia fosse mais competitiva no mercado externo. Isso se refletiu na precarização das condições de trabalho discutidas a pouco que, entre outras consequências, produziu os seguintes resultados: elevado índice de desemprego, aumento nos níveis de empregos não registrados; aumento dos índices de subemprego; congelamento e posterior queda progressiva do valor real dos salários; intensificação do trabalho; aumento dos índices de desigualdade e de pobreza. (LINDENBOIM e GONZÁLEZ, 2004, p.2).

Nesse sentido, não bastando o aumento da taxa de desocupados, a situação dos trabalhadores também foi afetada através da deterioração da qualidade do emprego. Enquanto o governo agia no corte dos custos laborais, as empresas buscavam melhores resultados através do aumento da produtividade. Assim, intensificou-se a importação de maquinários necessários para a modernização da produção. A conversibilidade facilitou soberbamente a importação desse tipo de equipamento de modo que eles constam como o artigo que mais pesou no volume de importações argentinas pós conversibilidade, contribuindo decisivamente para o aumento do déficit na balança comercial ocorrido nesse período. O próximo gráfico revela como a produtividade se manteve num crescente durante toda a década de 1990, inclusive durante o período em que a economia sentiu os efeitos da crise do México. Apenas em 1999, quando a crise local fez a economia argentina recuar, a produtividade apresentou uma queda.

Gráfico 3



Fonte: Granã e Kennedy, 2008.

O processo intenso de mecanização, componente importante na chamada busca pela eficiência produtiva, contribuiu para a diminuição do volume de trabalhadores necessários no processo de produção. Dessa forma, passou a existir uma mão-de-obra excedente e um incremento do desemprego. A remuneração, afetada pela nova legislação trabalhista e pelo excesso de mão de obra disponível no mercado, caiu principalmente nos setores onde se concentrava o maior número de trabalhadores excedentes. A mão de obra menos qualificada, que era composta principalmente pelas famílias mais pobres, foi a mais afetada nesse processo. (GONZÁLEZ e BONOFILIO, 2004, p.4)

Gráfico 4



Fonte: INDEC.<sup>11</sup>

Mesmo num contexto de forte crescimento do PIB, os postos de trabalho nas 500 maiores empresas do país apresentaram queda e, ao longo da década de 1990, nunca chegaram sequer perto dos números de 1993. Ao menos aqui ficou claro a nulidade das ações do governo no que se referia a geração de novos postos de trabalho. O corte dos custos laborais, incluindo a redução das contribuições patronais à previdência, não surtiram o efeito esperado no volume de contratação destas 500 empresas.

...no es posible plantear soluciones al desempleo a partir de una flexibilización de la contratación laboral ni de los salarios. En Argentina, ambos resultaron ser más flexibles de lo que usualmente se admite y, aun así, la tasa de desempleo tendió a aumentar y mantenerse en niveles sumamente elevados. (LINDENBOIM e GONZÁLEZ, 2004, p.10).

<sup>11</sup> REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía Y Producción. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: <<http://www.indec.gov.ar>> Acessos feitos em: 8 Jan. 2007 - 30 Mar. 2010.

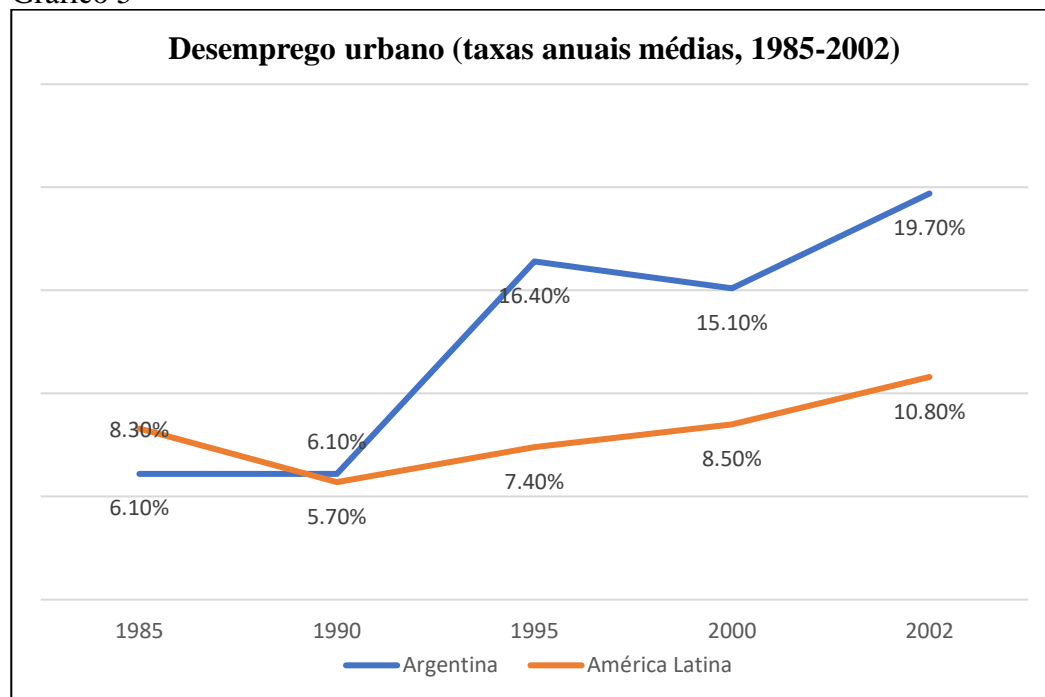
No ano de 1993, ao se deparar com um índice de desemprego na casa dos dois dígitos, o governo responsabilizou a mecanização da economia, mas não titubeou em pôr a culpa fatal no custo da mão de obra, reproduzindo o mantra que o FMI e os grandes empresários atuantes no país já ecoavam desde o início do governo peronista. Não se cogitou qualquer modificação nas políticas econômicas que vinham sendo implementadas até então. Se de alguma forma elas impactaram negativamente no mercado de trabalho, este deveria ser modernizado de modo a acompanhar as mudanças atravessadas pela economia global, na qual o país foi inserido de maneira atabalhoada. A oposição buscou impedir a tramitação na câmara de questões que visavam diminuir o custo da mão de obra, argumentando que a mesma estava num nível adequado se comparada a outros países da região. (AYERBE, 1998, p.147).

Diante da implementação das reformas trabalhista e previdenciária, onde boa parte das questões foi resolvida na base de decretos, pôs-se em prática o projeto do FMI e do Banco Mundial para a economia argentina que, ao tornar o custo do trabalho menor, trataria de resolver o mais rápido possível o problema levantado pelos índices de desemprego revelados no ano de 1993. Para o governo, com este ponto a questão se resolveria mediante o aumento da produção e a abertura de novos postos de trabalho. No entanto, ao que parece, mais uma vez a perspectiva inicial não se confirmou na sequência da implementação das mudanças, muitas das quais coordenadas pelo Banco Mundial.

Com a persistência dos elevados índices de desemprego nos não seguintes à implementação da reforma trabalhista, o governo então decidiu pôr a culpa na conjuntura internacional, afirmando que era natural que o país sofresse os impactos principalmente das crises do México, asiática e russa. Essa análise sustentava que, diante do desequilíbrio de outras economias importantes, os investidores tendiam a buscar mercados mais seguros, sacrificando os países em desenvolvimento e prejudicando seu crescimento. No caso da crise mexicana, se falava do efeito tequila, que seria o alastramento da crise para outros países da região. A forte desvalorização da moeda mexicana poderia forçar a que a Argentina abandonasse o plano de conversibilidade. É verdadeiro que essas crises afetaram não só a economia argentina, como a de outros países da região. No entanto, chama a atenção como os números negativos observados na Argentina se destacam na comparação com outros países da região e com a média do continente. Lembrando que,

para que o país suportasse essas crises sem abandonar a conversibilidade, o FMI lhe abriu os cofres de maneira a permitir o retorno da “confiabilidade” dos investidores.

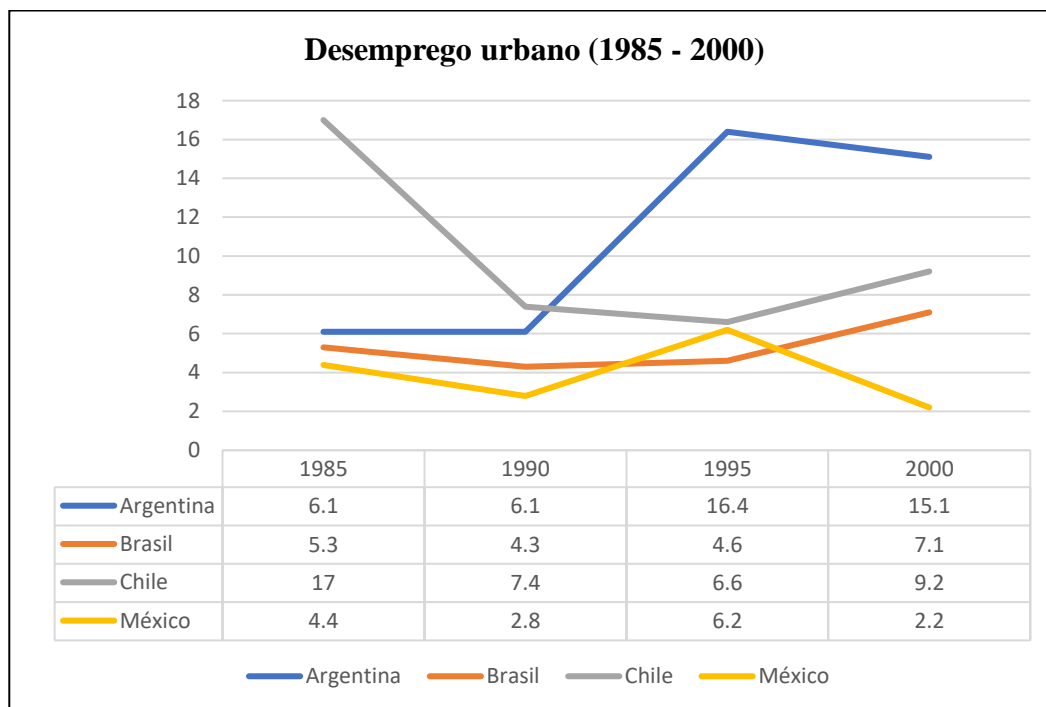
Gráfico 5



Fonte: PNUD<sup>12</sup>

<sup>12</sup> PNUD – Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **A Democracia Na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs.** Tradução: Mônica Hirts – Santana do Parnaíba, SP: LM&X. 2004, p.134. Disponível em: <<http://www.eclac.org>> Acesso em: 18 Ago. 2006.

Gráfico 6



Fonte: PNUD

Ao analisar os gráficos 5 e 6, ao menos no que se refere aos índices de desemprego, considerando a crise de 1995, nem mesmo o próprio México sofreu tanto quanto a Argentina. Seja na comparação com a média na América Latina, seja na comparação com algumas das principais economias da região, os números da administração menemista revelam a gravidade do caso argentino. Os níveis de desemprego no país são quase quatro vezes maiores que os observados no Brasil em 1995 e quase sete vezes o obtido pelo México no ano 2000. De fato, mesmo antes da crise do México, o desemprego já vinha numa ascendente na Argentina e esse processo foi agravado pelo efeito tequila.

Diante de índices tão discrepantes na comparação com outros países da região, logo ficou claro que haveria de se encontrar uma nova explicação para o grande volume de desempregados. Obviamente que nenhuma justificativa oficial ousava relacionar a crise do mercado de trabalho com as reformas econômicas implementadas até então. Um novo bode expiatório teria de ser encontrado. Os organismos internacionais passaram então a dar maior protagonismo a um outro componente que, segundo sustentavam, era



um dos responsáveis pelo aumento do desemprego, no caso, a má qualificação do trabalhador argentino. O discurso oficial logo aderiu a essa tese. A reforma do sistema educacional e sua relação com o mercado de trabalho na Argentina, são questões que trataremos em outro momento. Por hora, na busca de uma elucidação das justificativas aqui elencadas pelo governo e pelos organismos internacionais para o elevado nível de desemprego no país, cabe observar mais uma vez os dados dos gráficos 5 e 6.

Teriam Brasil e México um sistema educacional profissionalizante muito superior ao argentino? E ainda que considerássemos essa possibilidade, o abismo entre os sistemas de formação profissional seria tão grande a ponto de produzir taxas de desemprego tão discrepantes? Na análise do quadro argentino a equação precisa considerar muitas outras variantes, como por exemplo o aumento da pobreza e da desigualdade. Mas, a questão central gira em torno das reformas de mercado. Mesmo com o barateamento da mão de obra não se conseguiu gerar emprego, mas sim o aumento dos lucros. Ou seja, nada do que o governo fez em termos de reformulação da legislação trabalhista ou previdenciária produziu resultados capazes de combater o desemprego crescente. A tese vendida pelo governo, o FMI e o Banco Mundial de que a economia se tornaria mais competitiva e que isso automaticamente geraria novos postos de trabalho, se revelou uma falácia.

Os tecnocratas da equipe de Menem reafirmavam a necessidade de que se aprofundasse ainda mais as mudanças promovidas pela reforma trabalhista, pois o custo para o empreendedor ainda estava demasiadamente elevado e agindo como inibidor de maiores investimentos e da geração de novos postos de trabalho. O compromisso do governo argentino em se empenhar para que esse ponto fosse devidamente tratado junto ao congresso federal foi assunto de um memorando enviado em março de 1996 para apreciação do FMI. Ou seja, ainda que a curva do desemprego continuasse a ascender, mesmo diante de todas as ações adotadas na primeira metade da década de 1990, o plano do governo se resumia a continuar no mesmo trajeto, sustentando as reformas, pois, no devido momento, essa riqueza chegaria à todas as camadas da população.<sup>13</sup>

Diferenças regionais completam o quadro de dificuldades enfrentadas pelo povo em meio a esse novo cenário. Se considerássemos que a capacitação era a solução para o desemprego, de fato tal saída só resolveria o problema de maneira localizada, ou seja,

---

<sup>13</sup> **Memorandum on Economic Policy**. Março de 1996, p.35. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso feito em setembro de 2012.

aqueles que tivessem acesso a essa capacitação teriam oportunidades. A tabela 13 mostra a dificuldade encontrada por quem tinha níveis de escolaridade mais baixos e também revela a queda muito mais acentuada da mão de obra menos instruída da população nas empresas com participação de capital estrangeiro.

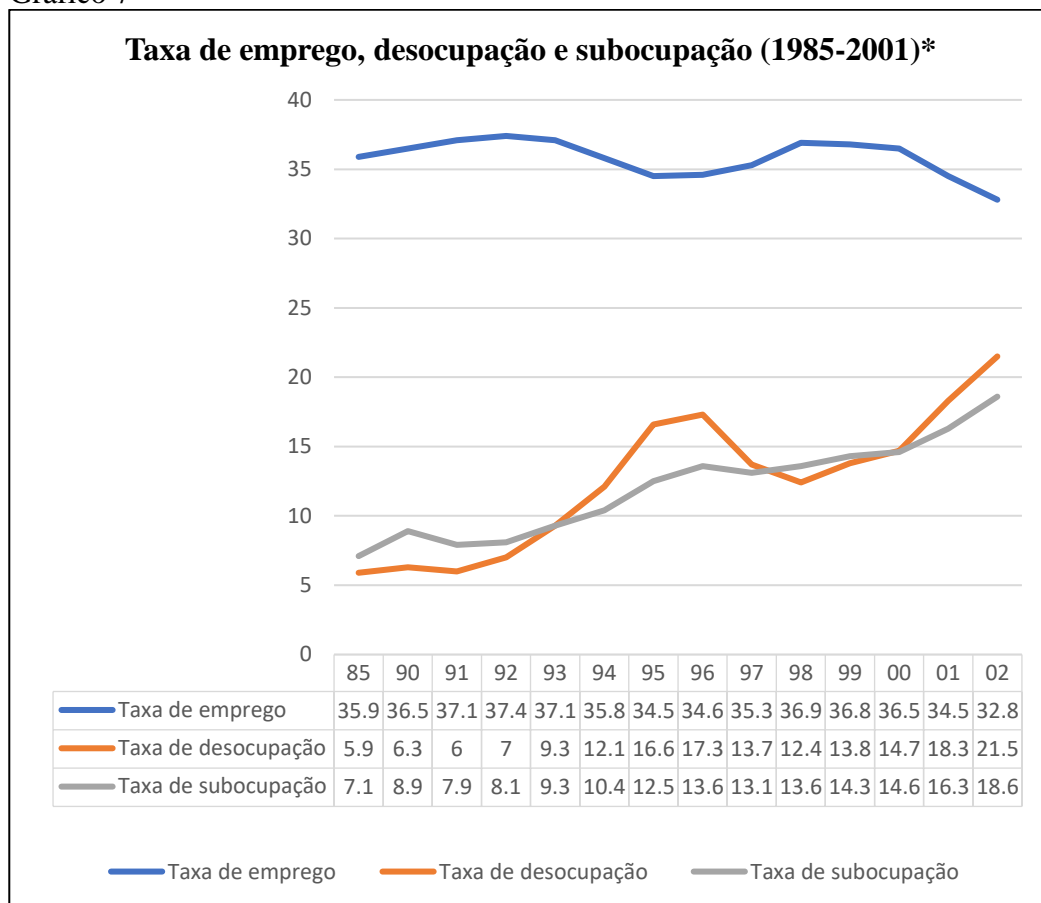
**Tabela 1 - Variação percentual da composição da mão-de-obra das empresas, por nível de instrução. (1998 e 2001)**

Tipo de firma	com Educ. Básica	com Educ. Técnica	Profissional
	variação porcentual		
Pequena	-13.1	-1.3	4.4
Média	-12.1	-2.8	4.9
Grande	-5.5	-13.1	-2.9
Sem participação estrangeira	-4.5	-1.9	2.4
Com participação estrangeira	-19.7	-10.6	-0.3
Não inovativa	-20.5	-7.7	-6.9
Inovadora: Produto ou Processo	-7.6	-6.7	0.0
Inovadora não Tecnológica	-26.9	-19.0	0.7
Inovativa mas não inovadora	-11.6	-3.3	12.2
Total	-10.0	-6.9	0.7

Fonte: INDEC, 2002.

Discordando das justificativas oficiais para as altas taxas de desocupação, Lindenboim e González afirmam que a falta de capacitação do trabalhador não se configura como uma das causas do alto índice de desemprego, uma vez que “la capacitación y/o reconversión de la fuerza de trabajo no crea por sí misma puestos de trabajo”. (LINDEBOIM e GONZÁLEZ, 2004, p.12). Segundo estes autores, a economia do país apresentou um grave problema na geração de novos postos de trabalho, sendo este um dos principais fatores para o elevado índice de desemprego. Porém, é preciso acrescentar como as reformas implantadas pela nova administração desde 1989 impactaram também no fechamento de inúmeros postos de trabalho através das privatizações, da abertura comercial, da implementação da Lei de Emergência Econômica e da manutenção da conversibilidade.

Gráfico 7



\* Todos os dados calculados sobre o total da população economicamente ativa. Os dados sobre desocupação se referem a desempregados em busca de trabalho. Os dados de subocupação se referem a pessoas que trabalham menos de 35 horas semanais e desejam ampliar sua jornada. Fonte: INDEC, 2004.

O nível de emprego foi uma preocupação do governo argentino mesmo durante o período militar. Após o retorno da democracia, a taxa de desocupados oscilou sempre entre 5% e 7%, mostrando uma estabilidade razoável mesmo em tempos de grave crise econômica e hiperinflação como no fim do governo Alfonsín. Mas, a partir do início dos anos 1990, as reformas implementadas pela administração Menem se mostraram catastróficas para a empregabilidade da economia argentina. O desemprego avançou durante toda a década de noventa e passou a ser o maior da América Latina em 2002. No entanto, desde 1995 o índice de desemprego no país já estava entre os maiores da região, o que não foi suficiente para sensibilizar o governo e muito menos o FMI. Seguiu sendo

implementada a mesma política econômica e buscava-se junto ao congresso viabilizar aprovação de medidas que aprofundassem as mudanças efetivadas pelas reformas trabalhista e previdenciária.

Seguindo as condicionalidades impostas pelo FMI, Menem implementou medidas que visavam o livre funcionamento do comércio. A lógica de mercado inclusive foi aplicada nos setores de saúde e educação, como veremos a seguir. A perspectiva era de que a livre concorrência bem como as leis de oferta e procura tratariam de trazer o equilíbrio e a eficiência necessários à economia, que, por isso mesmo, se tornaria mais competitiva, fazendo surgir assim as condições adequadas à criação de novos postos de trabalho. A intervenção estatal poria em risco o bom funcionamento dessa dinâmica.

Segundo a perspectiva de Santos, o Estado poderia ter agido no sentido de proteger postos de trabalho e também empresas estratégicas. Como pontuado a pouco, um dos fatores determinantes para o forte aumento dos índices de desemprego na Argentina diz respeito à velocidade com que a economia foi aberta e o tratamento igual dispensando tanto às empresas nacionais como às internacionais. Não houve nenhum tipo de proteção a setores estratégicos da economia. Diferentemente do comportamento de outras nações diante da abertura comercial, a Argentina derrubou rapidamente as barreiras protecionistas não concedendo tempo suficiente para que as empresas nacionais pudessem se preparar a ponto de competir com as estrangeiras. (SANTOS, 1999, p.126).

A maior parte dos países industrializados avançados, entre eles os EUA e o Japão, tinham construído suas economias protegendo alguns de seus setores com sabedoria e seletividade, até que estivessem fortes o bastante para concorrer com as empresas estrangeiras. Forçar uma nação em desenvolvimento a se abrir a produtos importados, pode ter consequências desastrosas, tanto do ponto de vista social, quanto do econômico. (STIGLITZ, 2002, p.44).

A equipe econômica acreditava saber os caminhos necessários para a retomada do crescimento. De fato, o crescimento foi retomado, mas, ainda que a Argentina tenha apresentado números expressivos no PIB, em que medida isso se traduziu na realização de bens públicos? Os dados comparados com a média da América Latina e com países específicos da região são importantes no sentido de perceber como a Argentina optou por escolhas que sacrificaram demasiadamente a população. As demandas das classes trabalhadoras não encontravam espaço de atenção no executivo federal. Quando muito,

conseguiram alguma representatividade no congresso que, dentro dos limites impostos pela Lei de Reforma do Estado, buscava dificultar a aprovação de certas propostas do governo. Este, por sua vez, sempre que possível, recorreu a decretos para cumprir seu projeto de crescimento.

## BIBLIOGRAFIA

AMSDEN, Alice. **A Ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**. 1 ed. São Paulo, ed. UNESP, 1998.

BECCARIA, Luis; ALTIMIR, Oscar. “Em mercado de trabajo bajo el nuevo régimen económico en Argentina”. In: HEYMANN, Daniel; KOSACOFF, Bernardo. **La Argentina de los noventa**. Ed. Eudeba, Buenos Aires, 2000.

BRENTA, Noemí. **El rol del FMI en el financiamiento externo de la Argentina y su influencia sobre la política económica entre 1956 y 2006**. 1ª ed., Buenos Aires: UBA, Colección Tesis de Doctorado, 2008.

CAFIERO, Mario. **El FMI e La debacle argentina (1976-2003)**. 2005. Disponível em: [www1.hcdn.gov.ar/dependencias/mario\\_cafiero](http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/mario_cafiero). Acesso feito em: 15 de março de 2016.

CETRÁNGOLO, Oscar. GRUSHKA, Carlos. **Sistema Previsional Argentino: Crisis, reforma y crisis de la reforma**. Documento preparado para ser presentado en el XVI SEMINARIO REGIONAL DE POLÍTICA FISCAL organizado por la CEPAL en Santiago de Chile entre el 26 y el 29 de enero de 2004.

CIFRA - Centro de Investigación y Formación de la República Argentina. **La evolución del sistema previsional argentino**. 2009. Disponível em: <http://www.centrocifra.org.ar/>. Acesso em: 15.01.2018.

FORCINITO, Karina. **Reestructuración neoliberal y después... 1983-2008: 25 años de economía argentina** - 1a ed. - Los Polvorines : Univ. Nacional de General Sarmiento ; Buenos Aires : Biblioteca Nacional, 2009.

FALAPPA, Fernando. ANDRENACCI, Luciano. **La política social de la Argentina democrática (1983-2008)**. Ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

GONZÁLEZ, Mariana, BONOFIGLIO, Nicolás. **Evidencias sobre el deterioro de la calidad del empleo en la Argentina**. Cuaderno del Ceped, Buenos Aires, n.8, jun. 2004.

LINDENBOIM, Javier, GONZÁLEZ, Mariana. **El neoliberalismo al rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina**. Cuaderno del Ceped, Buenos Aires, n. 8, jun. 2004.

NARCY. M. J. **La reforma previsional en Argentina**. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.edu.ar/tesis/te.526/te.526.pdf>.

SANTOS, Theotônio. “O neoliberalismo como doutrina econômica”. In: **Econômica**. Niterói: UFF, vol.1, n.1,1999.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e Seus Malefícios**. 1 ed, Trad. Bazán Tecnologia e lingüística. São Paulo, Futura, 2002.